



circulo do Porto, viam para Lisboa. O meu bisavô, presidente do Parlamento, foi durante a Revolução de 1820, que começou no Porto, e o irmão dele, João de Sousa Pinto de Magalhães, foi durante muito tempo presidente das primeiras Cortes Constituintes e das várias Cortes. Era uma figura importante do liberalismo. De resto, o livro de Vasco Pulido Valente<sup>1</sup> sobre essa época fala muito dele, pois era amigo íntimo do duque de Palmela.

*José Calvet de Magalhães nasceu em Lisboa, em 1915. Filho de Manuel Faria de Sousa Calvet de Magalhães e de Judith Maria de Sousa Cabral Osório Anjos, viveu em Moçambique durante a infância. Do avô e do bisavô afirma ter herdado a costela liberal e do pai, a quem se referia amiúde, o espírito de independência, princípios que José Calvet de Magalhães praticou de forma tranquila.*

**Álvaro de Vasconcelos (AV)** — O seu pensamento liberal tem raízes familiares?

**José Calvet de Magalhães (JCM)** — O meu avô era liberal e o meu bisavô era vintista. Fez parte da Revolução de 1820, que começou no Porto, e o irmão dele, João de Sousa Pinto de Magalhães, foi durante muito tempo presidente das primeiras Cortes Constituintes e das várias Cortes. Era uma figura importante do liberalismo. De resto, o livro de Vasco Pulido Valente<sup>1</sup> sobre essa época fala muito dele, pois era amigo íntimo do duque de Palmela.

Eram pessoas daquela nobreza de Entre o Douro e Minho, que eram liberais e apoiantes de D. Pedro. Quando se levantou o

<sup>1</sup> Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas: A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa: Quetzal, 1993.

cerco do Porto, vieram para Lisboa. O meu bisavô, quando os liberais ganharam, foi colocado na Direcção-Geral das Alfândegas, e o irmão foi inspector-geral dos Correios — foi ele que criou o primeiro selo em Portugal — e, depois, foi ministro da Justiça.

O meu avô, seguindo a tradição do pai, entrou nas Alfândegas muito novo e chegou a administrador-geral. E depois, no tempo do rei D. Manuel II, como era muito amigo do almirante Ferreira do Amaral, no primeiro governo de D. Manuel foi ministro das Obras Públicas, do Comércio e da Indústria.

**AV** — E durante a I República?

**JCM** — Respeitaram-no. As receitas fundamentais do Estado eram as receitas aduaneiras, porque os impostos não davam nada. Eu ainda me lembro de Afonso Costa ir lá a casa visitar o meu avô. Afonso Costa era ministro das Finanças e respeitava muito o meu avô. Quando veio o Sidónio Pais, os monárquicos pela primeira vez votaram num Presidente da República — o meu avô votou em Sidónio Pais. Quando o regime do Sidónio caiu e, depois da breve ditadura de Pimenta de Castro, o Partido Democrático regressou ao poder, o novo governo resolveu afastar todos os monárquicos que estavam em ascensão política. Foi em 1920. Meu avô era administrador-geral das Alfândegas e foi nomeado presidente do Supremo Tribunal Fiscal Aduaneiro. Um pontapé pela escada acima.

**AV** — O seu pai era também um liberal.

**JCM** — Um rebelde. O meu pai era jornalista, dedicado à crítica política, da escola de Bordalo Pinheiro. Quando veio o 28 de Maio, puseram-lhe uma mordaza. O meu pai tinha um jornal de crítica política em Lourenço Marques e criaram um serviço de censura — a primeira censura de jornais foi feita em Lourenço Marques, antes de Lisboa. Mas como não tinham pessoal para rever

os jornais todos, o governador-geral, o general Ivens Ferraz, suspendeu a publicação de todos os jornais de Lourenço Marques, deixando que se publicasse apenas um, que se chamava *A Imprensa de Lourenço Marques*. Os directores dos vários jornais tinham o direito de aí publicar um artigo, visado pela censura.

O meu pai publicou um artigo nesse jornal em que falava do ministro das Colónias, o oficial de Marinha João Belo. João Belo tinha ligações com o Banco Nacional Ultramarino e dizia-se que fora esse banco a financiar o 28 de Maio. Ora, o Banco Nacional Ultramarino tinha falido e João Belo, quando foi nomeado ministro das Colónias, decretou o curso forçado das notas do Banco Nacional Ultramarino. Já ninguém aceitava essas notas, era tudo em moeda de prata, as «quinzentas», algumas até do tempo de D. Manuel. O meu pai, nesse artigo, fazia uma descrição muito equilibrada da situação. Simplesmente, como conhecia muito bem toda a técnica tipográfica, compôs o artigo na tipografia, artigo que era, linha sim, linha não, um ataque a João Belo. Isto foi feito no maior segredo, mas, no dia que o jornal saiu, o meu pai teve de fugir para a África do Sul. Foi preso na fronteira e expulso para Portugal. Eu fiquei com a minha mãe e com os meus irmãos, à espera que nos levassem de barco para Lisboa.

Quando o paquete acostou no Cais Gorjão, a população inteira de Lourenço Marques estava no cais para assistir à partida de Chaves de Almeida, director do jornal, e do meu pai — que eram vistos como dois heróis. O Chaves de Almeida, que era advogado, interpôs um recurso no Supremo Tribunal Administrativo. Passados dois ou três anos, o processo no Tribunal Administrativo foi ganho e o meu pai e o Chaves de Almeida foram absolvidos.

**AV** — Como nasceu o seu interesse pela política externa e pela diplomacia? Qual foi a causa primeira do seu envolvimento numa actividade de carácter eminentemente internacional e do seu apego à ideia europeia?

**JCM** — Aí, há dois aspectos. Um é o meu interesse pelas questões europeias, outro é o meu interesse pela vida diplomática. E as duas coisas estiveram um pouco ligadas. Mas o meu interesse pelo mundo é muito anterior ao meu interesse pela vida diplomática. Comecei por me interessar pelos problemas da unidade europeia quando era ainda aluno do liceu. Não sei explicar muito bem porquê, mas veio-me parar às mãos literatura pró-europeia. Eu tinha uma ligação muito íntima com a família de um diplomata — com a qual criei uma grande amizade — em cuja casa havia muita literatura que traziam do estrangeiro. Caiu-me na mão uma revista, publicada pelo famoso conde Coudenhove-Kalergi, que se chamava *Revista Pan-Europeia*<sup>1</sup>. Nunca consegui saber exactamente se era austríaco ou húngaro — pelo nome parece-me mais húngaro que austríaco —, mas creio que a revista era publicada em Viena. Coudenhove-Kalergi fundou um movimento pan-europeu, mais ou menos nos anos 20, coincidindo com a tentativa de Aristide Briand<sup>2</sup> de lançar na Sociedade das Nações o projecto de uma federação europeia. O que é certo é que eu comecei a interessar-me, nessa altura, por qualquer matéria ligada à investigação histórica. E interessava-me pela História não apenas nacional.

**AV** — Nessa altura era estudante do liceu...

**JCM** — Era estudante do Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Ora bem, isso situa-se nos anos de 1932/33, ou coisa assim. Nasci em 1915 e tinha portanto 17/18 anos. Eu era o melhor aluno de História na classe, e tive um professor muito bom...

<sup>1</sup> Conde Coudenhove-Kalergi (1894-1972). Foi secretário-geral da União Pan-Europeia (1924-1972).

<sup>2</sup> Aristide Briand (1862-1932). Estadista francês, ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe do Governo. Em 1929, apresentou perante a Sociedade das Nações, em Genebra, uma proposta de constituição de uma união federal europeia, que ficou conhecida como Plano Briand.

**AV** — Lembra-se de quem era esse professor de História, que, como muitos professores de Liceu nessa altura, tanta influência tinham nos alunos?

**JCM** — Muito bem. Alberto Reis Machado<sup>1</sup>, um homem notável que fazia investigações históricas e gostava muito de mim — era uma espécie de aluno predilecto dele. Já estava no 6.º ano do liceu. A certa altura, pediu aos alunos com melhores classificações — e eu era o primeiro — para fazerem uma exposição na aula sobre um tema à nossa escolha. Os meus colegas, naturalmente, foram escolher os temas clássicos: um escolheu as Cruzadas, outro a Revolução Francesa. O meu tema foi a unidade europeia, mas no âmbito cultural, a unidade da cultura europeia. Fiz uma exposição sobre as raízes da Europa cultural. Estava a ler nessa altura alguns autores franceses e disse que a civilização europeia se baseava em três raízes fundamentais: a filosofia grega, o direito romano e a ética cristã. As três coisas juntas faziam aquilo que se chamava a civilização ocidental e, também, a Europa como unidade.

Isto é só para mostrar que já em 1933 eu tinha um pensamento acerca da unidade europeia. Quando já estava na faculdade, fiz uma conferência no Conservatório Nacional, mas já sobre a questão da unidade política europeia, uma história das várias tentativas de organização europeia, desde a Idade Média. Como vê, desde muito novo que me interessava por estas coisas, independentemente do meu interesse ou da minha participação na vida diplomática.

Há um livro de Gustave Hervé de que me lembro perfeitamente, muito bem escrito e interessante, que não sei se teve muito eco em França mas que gostei muito de ler<sup>2</sup>. Chamava-se

<sup>1</sup> Alberto Reis Machado. Historiador e professor de História e Filosofia dos liceus.

<sup>2</sup> Gustave Hervé (1871-1944). Expulso da universidade pelas suas posições antimilitaristas em 1901, fundou o jornal *La Guerre sociale* em 1906.

*Nouvelle Histoire de l'Europe*. Aí, tratava-se da unidade europeia no plano cultural, como mais ou menos eu expus. Sobre outras leituras, a minha lembrança é muito vaga. Devo acrescentar que geralmente evitava falar nisso porque essa minha ideia de unidade europeia era uma coisa completamente estranha no meio português daquele tempo.

**AV** — Mas nessa altura, no início dos anos 30, poucos anos depois da queda da I República, havia entre os derrotados, exilados ou não, quem alimentasse ideais europeus...

**JCM** — Acho que muito poucos. Houve um caso curioso que recentemente andei a reviver. Num concurso para a carreira diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1930, houve um candidato, que eu conheci muito bem, que apresentou uma dissertação sobre a unidade europeia. Nessa altura, no MNE, os candidatos eram obrigados a apresentar uma dissertação, e a sua tinha como título *Estados Unidos da Europa — Briand não tem razão*. Um professor do Instituto Superior do Comércio de então, que veio a ser director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chamado Francisco António Correia, havia feito uma conferência na Sociedade de Geografia também sobre os Estados Unidos da Europa e que era um comentário à proposta de Briand de 1929. A dissertação do candidato ao MNE, que se chamava Amaro de Sacramento Monteiro<sup>1</sup>, causou surpresa. Simplesmente, o título dessa dissertação era um bocadinho enganador, porque podia levar a pensar que ele não era favorável à união europeia, e ele era favorável. Mas ele discordava do plano defendido por Briand, de uma federação europeia baseada exclusivamente em aspectos políticos. Monteiro achava que Briand não tinha razão porque era necessário considerar, em primeiro

<sup>1</sup> Amaro de Sacramento Monteiro. Nasceu em 5 de Maio de 1900 na Ilha do Fogó. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi aprovado para o quadro diplomático e consular em 1931.

lugar, o aspecto económico. Só se podia chegar ao político através do económico.

**AV** — Era certamente um homem com extraordinários dotes de previsão; um precursor do método Monnet...

**JCM** — Extremamente inteligente, de quem toda a gente gostava imenso, porque contava anedotas e era muito divertido. Nunca pôde fazer uma carreira normal. Acabou a carreira como côsul-geral. Depois fizeram-no ministro para efeitos da reforma. Nunca tomou a coisa política a sério. Mas é curioso que, nessa dissertação, que está bem escrita, revela grande perspicácia política. Dado o seu carácter, o que ele disse acabou por não ser tomado a sério e caiu no esquecimento. E depois nós estávamos no Estado Novo, ou melhor, ainda não era bem o Estado Novo, estávamos ainda na ditadura militar. O Estado Novo, verdadeiramente, começa em 1933, a partir da Constituição. Mas Salazar já era a figura política dominante desde 1928. E havia a vaga nacionalista. É neste aspecto que Sacramento Monteiro falha. Por acreditar, na conjuntura em que se vivia na Europa, num projecto europeu bastante avançado. Ele, inclusivamente, dizia que uma federação europeia deveria incluir a própria Rússia. E em 1930 a Rússia era a União Soviética.

Mas o que ele não vê são os nacionalismos nascentes na Europa, que destruíram todas essas ideias. O plano de Briand não conseguiu convencer porque já tinha havido a revolução fascista em Itália, que teve lugar em 1922; na Alemanha, os nazis ainda não estavam no poder, mas já tinham uma força política enorme.

**AV** — Mas em Portugal os nacionalistas já estavam no poder desde 1926.

**JCM** — Em Portugal os nacionalistas estavam, de facto, no poder, em Espanha tinha havido o golpe de Primo de Rivera, que tentou criar um regime autoritário. Já havia todo um movimento

nacionalista muito forte, que impedia a divulgação destas ideias europeístas.

**AV** — Mesmo assim, havia pessoas como José Calvet de Magalhães que assumiam uma posição europeísta, favorável a uma relação forte com as democracias europeias, no momento em que, em Portugal, se afirmava uma corrente fortemente nacionalista. A corrente europeísta era certamente minoritária entre os diplomatas portugueses mas, como hoje sabemos, existia.

**JCM** — Mesmo quando, mais tarde, entrei no ministério, não encontrei nenhum colega com manifestações pró-europeias, no sentido da unidade europeia. Pensei que houvesse algum. Quando entrei no ministério sentei-me numa secretária e mesmo ao lado estava Ruy Guerra<sup>1</sup>, com quem eu conversava muito. Nunca tratei com ele esse problema, mas sabia que ele tinha ideias, sobretudo democráticas. Seu pai fora senador da I República, uma pessoa muito ligada à República, e tudo isso era para mim surpreendente. Mas, sobre a questão europeia, nunca encontrei ninguém com quem dialogar. Era uma coisa que não tinha eco.

**AV** — Durante a guerra, nomeadamente nos meios da resistência, o ideal europeu como resposta ao nacionalismo extremo começou a desenvolver-se.

<sup>1</sup>Ruy Teixeira Guerra (1902-1996). Em Janeiro de 1956 é ministro plenipotenciário de 1.ª classe, na Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como director-geral dos Negócios Económicos e Consulares. Nessa qualidade acompanha de perto as negociações ZLC/EFTA, integrando várias delegações portuguesas na OECE. Delegado do governo português na reunião realizada em Genebra no início de 1958 entre os sete. Participa nas negociações para a constituição da EFTA como suplente do secretário de Estado do Comércio e chefia a delegação portuguesa nas reuniões de 1957 em Oslo, Estocolmo e Saltsjöbaden, conseguindo importantes garantias para Portugal. Em Junho de 1960 torna-se embaixador de Portugal em Berna e em Outubro do mesmo ano representante permanente de Portugal no Conselho da EFTA, em Genebra.

**JCM** — Em Portugal não havia eco de espécie nenhuma. Eu escrevia em alguns jornais, mas nunca escrevi sobre isso. A única coisa que eu fiz acerca da Europa foram as tais palestras, na aula de História e no Conservatório.

**AV** — Essas palestras foram publicadas?

**JCM** — Tinha escrito apenas umas notas...

**AV** — São certamente um elemento interessante para esta conversa...

**JCM** — Perdi-as completamente.

**AV** — Entretanto, em plena Segunda Guerra, um intelectual talhado para a investigação histórica e a escrita tinha chegado à carreira diplomática.

**JCM** — Entrei para a carreira diplomática pelas motivações já referidas. Quando era mais jovem o meu sonho era ir para a Marinha, mas havia dois obstáculos. O primeiro obstáculo era o que os meus colegas, que sabiam disso, me diziam: «Tu não passas no teste físico.» Nunca fui bom de vista, tinha astigmatismo que, com o tempo, melhorou. Quando era miúdo cheguei a usar óculos, depois deixei de os usar, e recomecei a usá-los já com 50 anos. Nunca fui muito desportivo. Mas quando chegámos ao 5.º ano do liceu, os meus amigos íntimos foram todos para Letras e, como as minhas melhores notas eram, de facto, em História, Filosofia..., eu também fui. Tendo ido para Letras, a alternativa à Marinha era a carreira diplomática. Por outro lado, o meu maior amigo era da tal família de diplomatas, de maneira que eu vivi no meio de diplomatas antes de entrar no ministério, que já conhecia muito bem.

## O dever e os valores

**AV** — Quem era o diplomata que pelos vistos tanto influenciou a sua vida?

**JCM** — Chamava-se Carlos Sampaio Garrido<sup>1</sup>. Ele era primo de Teixeira de Sampaio<sup>2</sup>, secretário-geral do ministério.

**AV** — Sampaio Garrido notabilizou-se pela defesa dos judeus durante a guerra, contra a política de extermínio dos Nazis, como, aliás, Aristides de Sousa Mendes.

**JCM** — Carlos Sampaio Garrido foi para mim como um segundo pai. Era um homem muito culto, apaixonado por música clássica e pela filosofia. Tive com ele longas conversas, nas tam-

<sup>1</sup> Carlos de Almeida Afonseca de Sampaio Garrido (1883-1945). Cônsul-geral em Paris em 1930 e ministro plenipotenciário em Buenos Aires (1935), Budapeste (1939) e Estocolmo (1945).

<sup>2</sup> Luís Teixeira de Sampaio (1875-1945). Para além de diplomata, foi um distinto investigador histórico, tendo dirigido durante alguns anos o arquivo histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

bém longas caminhadas que ambos fazíamos. Como nosso ministro em Budapeste teve uma atitude muito corajosa. Enfrentou a Gestapo, que arrancou pela força umas dezenas de judeus refugiados na nossa legação e que ele acompanhou até ao local de detenção, exigindo às autoridades húngaras a sua libertação e devolução à legação, invocando o nosso estatuto de neutralidade e as imunidades diplomáticas.

Já perto do final da guerra, o governo nazi, considerando que as autoridades húngaras eram demasiado brandas com os judeus, enviou agentes da Gestapo para a Hungria para efectuar o seu internamento. Um desses judeus, salvo por Carlos Garrido quando ainda jovem, emigrou depois para os Estados Unidos, naturalizou-se americano e foi eleito membro do Congresso. O seu nome era Lantos<sup>1</sup> e, numa das minhas visitas aos Estados Unidos, encontrei-me com ele e com a mulher, também salva por Carlos Garrido. Isto sem falar dos pais da Zsa-Zsa e da Eva Gabor. O governo húngaro, após a queda do Muro de Berlim, prestou uma justa homenagem póstuma a Carlos Garrido.

**AV** — Carlos Garrido e Sousa Mendes são dois exemplos notáveis de que um diplomata não deve apenas servir bem o poder. Pode haver momentos em que um diplomata se deve recusar a cumprir uma ordem por razões de consciência e humanidade.

**JCM** — O problema da desobediência a ordens superiores, ou à própria lei, é uma questão delicada que se põe não apenas em relação a diplomatas mas a todos os servidores do Estado. O problema surge quando ordens superiores ou normas em vigor entram em conflito grave com imperativos legais ou humani-

<sup>1</sup> Tom Lantos é membro da Câmara dos Representantes desde Janeiro de 1981. Nascido em Budapeste em 1928, tinha 16 anos quando as tropas nazis ocuparam a Hungria. É o único sobrevivente do Holocausto membro do Congresso norte-americano.

tários dos agentes. São situações que só podem ser avaliadas em face das circunstâncias e dos valores éticos de cada indivíduo, que é confrontado com um dilema que envolve deveres de consciência que é para ele insuportável violentar. A minha resposta é positiva, mas há que avaliar as circunstâncias de cada caso.

## Os primeiros passos nas Necessidades

**AV** — Entrou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em plena guerra e apesar da neutralidade portuguesa as questões europeias dominavam a actividade diplomática.

**JCM** — Quando entrei, em 1941, estávamos na Segunda Guerra, e os meus colegas só pensavam no curso da guerra. Por acaso fui para a repartição das questões económicas e os meus colegas eram praticamente todos, chamemos-lhes assim, pró-aliados. Eram todos pró-britânicos, e alguns deles, como o Ruy Guerra e o Álvaro Marques<sup>1</sup>, tinham todas ideias de política democrática, embora não fossem políticos activos. Embora eu também tivesse ideias próprias, era mais reservado. Eles eram mais abertos. Havia outros mais reservados, como eu, em matéria política. A política interna não se discutia, o que era típico no regime de Salazar.

<sup>1</sup> Álvaro Duarte Loureiro Marques. Delegado de Portugal na Conferência das Nações Unidas para o comércio e emprego, em Havana, onde assinou a acta final (1946). Ministro plenipotenciário em Havana (1954) e em missão especial.



A certa altura, pouco depois de entrar no ministério, foi nomeado chefe da repartição das questões económicas Lima Santos<sup>1</sup>, casado com uma prima minha, que era fortemente anti-salazarista. Tinha ligações com todos os líderes democráticos conhecidos. Como era muito liberal, falávamos mais abertamente de questões políticas. O ambiente era mais livre, nessa repartição eram todos mais pró-aliados e pró-democráticos.

Era bastante interessante ver os amigos de Lima Santos a discutir com ele. O Álvaro Marques era o chefe da repartição das questões administrativas, um democrata, publicamente declarado, a tal ponto que assinou a lista para propor Norton de Matos à presidência da República. Fazia parte desse movimento e era um democrata declarado que não poupava críticas à política de Salazar. Era um homem respeitadíssimo, muito inteligente e correcto.

Teixeira de Sampaio morreu em 1945. Ele era muito centralista, a tal ponto que nunca nomeara directores-gerais e, por isso, nessa altura só havia no ministério chefes de repartição. Salazar, que era o ministro, despachava directamente com os chefes de repartição, incluindo Álvaro Marques. E Salazar sabia que ele era seu adversário. Sabia e impediu sempre a sua promoção a ministro. Mais tarde, acabou por ser promovido por Paulo Cunha<sup>2</sup>. Mas o que interessa aqui é que eu nunca ouvi esses burocratas, embora democratas, a falar de problemas de unidade europeia.

**AV** — Mas da unidade europeia, no sentido forte do termo, na visão de Jean Monnet ou Schuman, até se percebe que não falassem na altura.

<sup>1</sup> José de Lima Santos. Nasceu em 17 de Abril de 1888. Aprovado em concurso para o quadro diplomático e consular em 1915. Secretário-geral da delegação portuguesa à Conferência Económica Internacional em 1927.

<sup>2</sup> Paulo Cunha. Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1950 e 1958, substituído interinamente por diversas vezes por Marcelo Caetano, devido a problemas de saúde. Esteve ligado à adesão de Portugal à EFTA. Na remodelação governamental de Agosto de 1958 é substituído por Marcello Mathias.

**JCM** — Mas também não os ouvi a defender ideias europeístas... Tirando o caso de Ruy Guerra, não eram muito europeístas, porque eram indivíduos que aceitavam perfeitamente a política ultramarina. Franco Nogueira<sup>1</sup> gostava muito de referir que havia muita gente da oposição que era a favor da política ultramarina de Salazar.

**AV** — Chega ao ministério quando existe ainda uma forte memória da I República.

**JCM** — Sim, sim, havia vários funcionários que tinham sido chefes de gabinete de ministros da I República, alguns que eu conheci e que tinham amizades com figuras importantes da oposição democrática.

**AV** — A I República foi a herdeira de uma corrente de pensadores e escritores que tinham a visão de um destino europeu para Portugal. Oliveira Martins, Teófilo Braga, tinham uma certa ideia da Europa, não olhavam só para o mundo extra-europeu. Os republicanos defenderam a participação portuguesa na I Guerra Mundial, na Grande Guerra, em nome de um empenhamento europeu de Portugal.

**JCM** — De certa maneira. Mas eles estavam sobretudo interessados em consolidar a República. Tinham um grande fraquinho pela Inglaterra, que nós negámos e achámos sempre um bocado exagerado. A Inglaterra era o nosso apoio fundamental. Sem dúvida no plano estratégico, mas não tanto no plano político. Mas o que é facto é que a Inglaterra dominava.

Os republicanos apoiaram-se na Inglaterra e a Inglaterra deu, de facto, um certo apoio, logo no início, ao regime republi-

<sup>1</sup> Alberto Franco Nogueira (1918-1993). Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de Maio de 1961 a 6 de Outubro de 1969.

cano em Portugal. Disso não haja dúvida. Houve mesmo conversas antes da proclamação da República, houve líderes republicanos que foram a Inglaterra sondar o governo britânico. Mas mesmo com essa ligação, como sabe, a Inglaterra não estava interessada em que Portugal entrasse na guerra. Foi assim que começámos a tomar posição para participar no conflito.

Por outro lado, havia os movimentos monárquicos — é preciso não esquecer isso. Houve uma resistência ao regime republicano, os monárquicos organizaram-se, emigraram, instalaram-se perto da fronteira do Norte com a Galiza, e combatiam o regime. O regime da I República era fortemente atacado. Eles fizeram as chamadas incursões monárquicas e a República foi obrigada a criar uma rede de cônsules na Galiza para vigiar os movimentos monárquicos. Conheci vários desses cônsules, no ministério, cuja missão era vigiar os monárquicos. O espectro da monarquia estava na mente dos republicanos. Os líderes republicanos queriam uma forte ligação com a Inglaterra, para consolidar a República. E é assim que entramos na Primeira Guerra Mundial, por razões exactamente semelhantes às da adesão à União Europeia. Nós entrámos na Primeira Guerra Mundial para tentar consolidar a República. Acho que os líderes republicanos tinham uma certa razão.

## O mestre Andrade Corvo

**AV** — Uma ligação à Inglaterra não significava já, no pensamento diplomático da política externa salazarista, pós-I República, uma afirmação de um Portugal mais integrado na Europa, com uma relação normal, de cooperação e boa vizinhança, com a Espanha, mas significava uma política exclusivamente virada para o Atlântico e para a protecção do império. Apesar de o império colonial na altura não corresponder a uma real ocupação dos territórios por colonos portugueses e ser por isso mais uma quimera retrógrada que uma realidade.

**JCM** — Dava importância ao país, mas tem razão, era um bocado fictício...

**AV** — Era o saudosismo das glórias passadas, ou do excesso delas, como disse Eduardo Mondlane. A demagogia da missão africana de Portugal como essencial à sua própria sobrevivência e identidade, em suma, a ideologia nacionalista que dominou o país durante 48 anos.

**JCM** — E também aquela ideia horrível, que Andrade Corvo<sup>1</sup> quis combater e não conseguiu, do exclusivismo colonial. Era um regime exclusivista, não deixava ninguém meter lá o pé. Essa ideia do exclusivismo, que se manteve sempre até ao 25 de Abril, levou à ruína do Ultramar.

**AV** — Atribui uma grande importância a Andrade Corvo e nele procura filiar o seu pensamento, reclamando-se da sua herança liberal. Quando se dá a sua descoberta de Andrade Corvo? Quando entra no ministério?

**JCM** — Não, já foi depois de estar no ministério. Bastante depois. Quando começaram os problemas com as colónias, vasculhei um pouco, fiz um pouco de investigação sobre a questão colonial no século XIX, e foi nessa altura que comecei a interessar-me muito por Andrade Corvo e li o famoso livro que ele publicou — *Perigos* — para combater a ideia da união ibérica. Mas diz muito mais coisas, fala da questão ultramarina, etc. Nessa altura não sei se ele pensava ou não vir a ser ministro do Ultramar, como foi, porque houve momentos em que foi ao mesmo tempo ministro dos Estrangeiros e do Ultramar. Ora, as ideias de Andrade Corvo, para aquela época, eram extremamente avançadas. Por outro lado, vivia-se um regime de exploração — e usemos as palavras como o são — de exploração das colónias. Havia os monopolistas, os antigos negreiros que deixaram de fazer negócio com os escravos, mas eram mais ou menos monopolistas do comércio... Ora, Andrade Corvo defendia duas coisas que irritavam muito o poder. A primeira era que quem tinha colónias tinha a obrigação moral da educação das populações, com que ninguém se preocupava muito. Não que fossem contra, mas o que é facto é que não se preocupavam. A segunda era que se deviam abrir as colónias ao investimento estrangeiro. Para os

<sup>1</sup> João de Andrade Corvo (1824-1890), engenheiro militar, escritor e estadista português que ocupou diversas pastas do governo entre 1866 e 1879.

monopolistas portugueses isso era um grito de morte, e daí que odiassem Andrade Corvo. Sendo um homem prático e não sendo pró-britânico, entendia que nós, que naquela época tínhamos as fronteiras em África indefinidas — aliás, não só em África, mas nas colónias todas, na Índia também —, tínhamos de defini-las, e tínhamos de o fazer em relação à Inglaterra porque era nossa vizinha nas colónias, quer em África quer na Índia. Começou por definir as fronteiras na Índia e conseguiu um tratado bilateral sobre a Índia portuguesa definindo as fronteiras das concessões portuguesas naquele país; aliás, é curioso que esse tratado foi pioneiro porque criou uma união aduaneira entre Portugal e a Inglaterra, entre a Índia portuguesa e a Índia britânica. Esse tratado foi muito combatido, mas passou na Câmara de Deputados.

Depois resolveu definir as fronteiras na África Oriental, que era praticamente Moçambique. Mas Cecil Rhodes tinha um projecto de ligar a África do Sul britânica aos domínios britânicos do Norte, nessa altura o Egipto, numa ligação sul-norte. Portugal sonhava com uma ligação Angola-Moçambique, ou seja, ao contrário. Rhodes era contra nós, não há dúvidas, porque os projectos dele colidiam com os nossos... Andrade Corvo conseguiu negociar com a Inglaterra a delimitação das fronteiras da África Oriental — Moçambique —, e conseguiu obter um acordo que nos era extremamente favorável. Se esse acordo tivesse sido aprovado pela Câmara de Deputados, Portugal dominava uma parte do que viria a ser a Rodésia do Sul. O que é facto é que esse acordo ficou conhecido pela polémica por causa de Lourenço Marques. O acordo tinha uma cláusula que dava o direito de passagem às forças britânicas pelo porto de Lourenço Marques para o Transval. E, nesse acordo, conseguiu-se uma delimitação bastante favorável a Portugal das fronteiras da África Oriental, com direito de passagem. O direito de passagem é uma coisa do próprio direito internacional, não tem nada de extraordinário, e com a Inglaterra, que era nossa aliada, era uma coisa perfeitamente normal. Os inimigos de Andrade Corvo agarraram-se a

isso porque o queriam deitar abaixo. E embora o Fontes Pereira de Melo, que era o chefe do Governo, apoiasse sempre Andrade Corvo e as suas ideias, foi-lhe difícil aguentar Andrade Corvo. O próprio rei, D. Luís na altura, procurou ver se o tratado — o chamado Tratado de Lourenço Marques — que era, no fundo, um tratado comum sobre Moçambique, passava na Câmara de Deputados. Depois dele houve outros, do próprio Partido Regenerador de Andrade Corvo, que o combatiam porque estavam ligados aos interesses comerciais. Houve então uma coligação contra Andrade Corvo e o tratado não passou na Câmara de Deputados. Mais tarde, já sob influência de Cecil Rhodes, foi-nos retirada a parte toda que tinha as minas da Rodésia.

**AV** — Andrade Corvo é para si o exemplo de humanista liberal em que se inspira...

**JCM** — Sim, se havia liberal era Andrade Corvo. Era um homem extremamente liberal...

**AV** — Na política externa de Andrade Corvo, em relação à Europa, aos Estados Unidos, esse humanismo liberal manifestava-se como?

**JCM** — Andrade Corvo tem frases extraordinárias nesse tal pequeno livro. Uma delas é quando diz que os Estados Unidos — e o livro é de 1870 —, que tinham saído da guerra civil e estavam a tornar-se uma grande potência, que os Estados Unidos quer queiram quer não têm no futuro de intervir nos negócios europeus. Por outro lado, tinha a ideia, talvez um pouco megalómana, de que o caminho para os Estados Unidos se ligarem à Europa era através de Portugal.

Num intervalo entre os ministérios de Andrade Corvo e de Fontes Pereira de Melo, durante o governo do duque de Ávila, o ministro americano que estava em Lisboa fez finca-pé com Souto

Paiva para que a base da esquadra americana no Mediterrâneo deixasse de ser em Villefranche, o que agradava muito aos areeiros e aos oficiais da marinha americana por ficar perto da Côte d'Azur — o que não era lógico porque a esquadra americana tinha uma base dentro do Mediterrâneo e podia ser bloqueada; lógico seria a esquadra estar em Lisboa. E o governo americano aceitou, com as facilidades todas que o governo português deu. Eram ideias de Andrade Corvo, mas que não foram por ele executadas.

Entretanto, o governo americano mudou e o novo secretário de Estado da Marinha sucumbiu às pressões da Marinha, que não queria sair de Villefranche.

**AV** — Um liberal como Andrade Corvo teve de se confrontar com a questão da escravatura...

**JCM** — Andrade Corvo escreveu também um livro sobre o Ultramar, onde toca em vários aspectos ligados às ideias liberais de abolição da escravatura.

Quando Andrade Corvo assumiu a pasta do Ultramar ainda estavam coisas por resolver. Em São Tomé havia ainda um prazo de dois anos para resolver algumas questões, pois já não havia uma situação propriamente de escravatura, mas ainda havia pessoas que tinham de ser libertas. Andrade Corvo conseguiu uma coisa fantástica, que irritou evidentemente todos os grandes potentados económicos: conseguiu ultrapassar esse prazo de dois anos e a abolição completa da escravatura. Os seus opositores ficaram de faca afiada contra ele, primeiro porque contavam com os tais dois anos e depois porque tinham esperanças de poder adiar esse prazo.

**AV** — As ideias liberais, humanistas, de Andrade Corvo, ainda tinham algum eco no Ministério dos Negócios Estrangeiros?

**JCM** — Não. A última pessoa que sei que tinha influências de Andrade Corvo e que as manifestou com muita coragem, em 1944, um ano antes de ter morrido, foi Teixeira Sampaio, que era, aliás, filho de um outro Teixeira de Sampaio que também foi funcionário do MNE e chefe de gabinete do Andrade Corvo. Teixeira de Sampaio escreveu em 1944 um artigo em que faz grandes elogios a Andrade Corvo e onde diz que a política portuguesa em relação ao Ultramar é exclusivista e condena o exclusivismo. Sendo secretário-geral do ministério e braço direito de Salazar... É curioso e pouca gente notou isso. Era um homem conservador, monárquico, vinha do tempo da monarquia, mas era todo Andrade Corvo e era contra o exclusivismo.

**AV** — Diz que Andrade Corvo e Salazar tinham duas visões completamente diferentes em relação à política africana. Onde estavam essas diferenças?

**JCM** — Salazar não admitia investimentos estrangeiros em África, o que era a base de toda a sua política. Uma das coisas mais penosas que tive de fazer na minha carreira diplomática foi quando fui chefe da delegação na OCDE. Como sabe, a obra fundamental da OCDE não é a ajuda financeira americana; foi certamente importante, mas o que foi determinante foi a adopção do liberalismo económico por parte dos países europeus. Tiveram de enumerar os obstáculos quantitativos às importações e exportações, e também em relação a outras actividades económicas, inclusive à importação e exportação de capitais e todos os anos era preciso acordar num código de movimentos de capitais. E todos os anos era obrigado, por instruções de Lisboa, a pôr uma reserva contra o envio de capitais para o ultramar português, o que gerava a indignação do representante da Suíça, chefe do comité executivo da OCDE. Era nosso amigo e grande admirador de Salazar, mas indignava-se com a reserva à importação de capitais no ultramar português quando o ultramar tanto precisava de capitais para se desenvolver, etc.

**AV** — A sua filiação no pensamento de Andrade Corvo, no liberalismo, também é atestada pelo facto de ter escrito biografias dos grandes liberais portugueses do século XIX.

**JCM** — Isso não foi de propósito, mas foi natural: não ia escolher nenhuma figura literária que tivesse ideias completamente opostas...

**AV** — Como Almeida Garrett, que era um revolucionário. Não só um escritor liberal, mas um revolucionário liberal.

**JCM** — E que tinha uma vida interessante e que fez muita coisa em Portugal, onde se fazia pouco. Almeida Garrett tinha convicções muito fortes.

**AV** — Aliás, nas biografias que escreveu, essa dimensão política também não é fortemente reforçada.

**JCM** — O meu objectivo nessas biografias é precisamente despolitizar essas figuras, as chamadas grandes figuras literárias ou políticas, e dar apenas o retrato humano.

**AV** — É também uma coincidência que muitas delas tenham tido uma relação com a diplomacia?

**JCM** — É verdade! Também é natural.

**AV** — Almeida Garrett e Eça de Queirós tiveram uma passagem pela diplomacia.

**JCM** — Tiveram. Mas Almeida Garrett, enfim... a candidatura dele não foi famosa e depois, como ministro dos Negócios Estrangeiros, espalhou-se. Espalhou-se porque de certa maneira lhe pregaram uma rasteira. E ele deixou-se levar, como era muito vaidoso... Que queriam os políticos de Almeida Garrett? Escrevia

muito bem e era muito capaz em tudo o que eram questões jurídicas. Tanto que foi convidado para escrever as primeiras negociações comerciais com os Estados Unidos. Almeida Garrett foi o redactor das famosas leis da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira. Portanto, o que queriam de Almeida Garrett? Primeira coisa, o duque de Saldanha, que era presidente do Conselho, queria fazer o Acto Adicional à Carta Constitucional. Para isso precisavam de um grande orador e um grande defensor na Câmara dos Comuns e Almeida Garrett foi para lá, sem que desse por isso, para defender o projecto da Carta Constitucional em que colaborou, o que fez brilhantemente. Depois tinha de ir à Câmara dos Pares, onde era preciso a mesma coisa: um grande orador que estivesse ligado ao projecto da Carta. Assim, fizeram do Almeida Garrett visconde e passou a ter lugar na Câmara dos Pares e fez a defesa brilhante do Acto Adicional. O Acto Adicional foi aprovado na Câmara dos Pares graças a Almeida Garrett, mas depois, já não precisavam dele para nada. Acabaram por tirar o lugar a Jervis de Atouguia para dar o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros a Almeida Garrett. O Jervis de Atouguia ficou com ele sempre atravessado e por isso aproveitou uma trica de um acordo com a França dos plenos poderes e disse que era um pró-forma com a rainha; Almeida Garrett deixou-se levar porque encarregou um colega de lavrar os plenos poderes — que parece que nunca foram assinados pela rainha D. Maria —, deixou-se embrulhar e teve de pedir a demissão. Mas, no fundo, queriam ver-se livres dele: já não servia para nada. Até há um francês que acho que foi cônsul em Lisboa que depois de se ter demitido ficou em Portugal e escrevia umas coisas e que diz que o que é espantoso é que Almeida Garrett tivesse sido levado por uma rasteira que lhe pregaram.

**AV** — O pensamento humanista liberal, que não tem complexos em relação a Espanha, em relação à Europa e aos Estados Unidos, em suma, que não teme a abertura e a modernidade, não deixa apesar de tudo de se manifestar...

**JCM** — No ministério, como já disse, havia pessoas com formação liberal, mas estavam caladas; falavam com amigos e pessoas de confiança. O mais moderno e mais conhecido era Álvaro Marques, chefe da repartição dos Administrativos. Ora, tendo o ministério ficado sem directores-gerais, iam a despacho com Salazar, que então era o ministro dos Negócios Estrangeiros, os próprios chefes de repartição. O chefe da repartição administrativa, Álvaro Marques, um democrata, que assinou a candidatura do general Norton de Matos sendo funcionário do ministério, ia directamente a despacho com Salazar. É claro que Salazar não o via com bons olhos, pois teve várias atitudes que o irritaram. Álvaro Marques era um homem brilhante, muito inteligente, de que toda a gente gostava porque resolvia tudo, acabou por nunca ser promovido a ministro. Marques era amigo íntimo de Ruy Guerra, que tudo fazia para que ele fosse promovido, o que nunca conseguiu. Salazar recusava-se. Ruy Guerra, por causa do Plano Marshall e da CEE, passou a ter relações muito íntimas com João Lumbrals, que era assistente de Salazar. Ora, junto de Lumbrals tentava que Marques fosse promovido. Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros foi Caeiro da Mata, também não conseguiu nada. Quando Paulo Cunha assumiu o cargo, Ruy Guerra continuou a insistir com Lumbrals, que pôs o problema a Salazar, que disse: «Esse senhor, pela sua posição política, quando eu era ministro dos Negócios Estrangeiros, achava que não devia ser chefe de missão. Mas eu já não sou ministro dos Negócios Estrangeiros, é outro, e portanto isso já não é comigo.» Lumbrals transmite esta posição a Ruy Guerra, que por sua vez põe o problema a Paulo Cunha, que acaba por promover Álvaro Marques — que morreu pouco depois.

**AV** — As ideias dos liberais influenciaram as suas acções?

**JCM** — Mas nessa altura mal conhecia Andrade Corvo. Há aqui uma questão de coincidências. Julga que quando eu estava

na OCDE e que tomava posições bastante liberais, que era por ser influenciado...? Não era, mas havia coincidências.

**AV** — Claro. Mas ainda hoje, trinta anos depois do 25 de Abril, as pessoas que chegam ao ministério são influenciadas pelas ideias de Salazar... A queda da I República tinha sido há menos de 20 anos quando chegou ao ministério...

**JCM** — Os que eram de formação anterior ao Estado Novo, conhecia-os, sabia quem eram, mas estavam calados porque Salazar calou a oposição. Iam manifestar as suas ideias para a Bertrand ou à porta da Portugália. No ministério as ideias que dominavam eram as de Salazar. A maior parte das pessoas — e tem de se dizer a verdade — que, no fundo, não eram grandes pensadores, eram executores, seguiam a linha de Salazar e nem discutiam.

**AV** — O balanço da política externa de Salazar, apesar do isolacionismo e da neutralidade na II Guerra, é visto por muitos como tendo correspondido aos interesses portugueses. Mito que ainda persiste...

**JCM** — É a história de que Salazar tinha conseguido evitar que Portugal participasse na guerra, que tinha sido um factor de estabilização da Península Ibérica, a que se juntam as manifestações das mulheres portuguesas, como o adeus à Virgem, no Terreiro do Paço, com lenços a agradecer ao Salazar...

**AV** — Mas as manifestações nessa altura...

**JCM** — Sim, eram manifestações organizadas, chamadas organizações «Tenreiro». Mas também lhe digo outra coisa. Muitos republicanos, da I República, eram a favor da manutenção das Colónias.

**AV** — A oposição democrática portuguesa durante muitos anos não foi um reservatório de ideias avançadas sobre o império. Mas em relação à integração de Portugal no espaço euro-atlântico, em que Portugal privilegiara a relação com o mundo democrático representado durante a guerra pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, certamente que havia correntes fortes...

Não se manifestavam já na altura as duas correntes, que hoje são públicas e notórias, no debate sobre a política externa? Uma corrente mais provinciana, mais tacanha, isolacionista e nacionalista, que ligo ao salazarismo, e uma corrente mais aberta, europeia e cosmopolita?

**JCM** — Havia pessoas que eram germanófilas, outras anglófilas. Por acaso tenho a impressão que quase toda a gente no ministério era anglófila. Mas havia pouca discussão. Uma das coisas que Salazar conseguiu foi acabar com a discussão política. Havia casos individuais, discussão entre amigos íntimos, mas não havia um ambiente de discussão política pública. E no Ministério dos Negócios Estrangeiros ainda menos, porque até havia um regulamento que proibia os diplomatas de escreverem sobre política interna sem autorização do ministro. Era uma questão de disciplina.

**AV** — Mas escreviam, manifestavam-se, sobre política internacional?

**JCM** — Só com autorização do ministro. Em matéria tanto de política interna como internacional, os diplomatas só podiam exprimir-se publicamente com autorização do ministro. De tal forma que a prática corrente era evitar escrever sobre questões que exigiam visto.

**AV** — Mas, como sabemos, não deixou de escrever e publicar quando entrou para o ministério<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Ver, em anexo, a bibliografia de José Calvet de Magalhães.

**JCM** — Mas não sobre política interna ou internacional. Escrevia sobre história, que, de acordo com o regulamento, não exigia autorização. Tive sempre o cuidado de escrever sobre matérias que não exigiam o pedido de autorização. Era contrário a essa ideia, o que fazia parte do meu património de pensamento político familiar.

Uma das coisas contra as quais Ramalho Ortigão se insurge é a ideia de ter de pedir autorização para publicar. Para ele, um intelectual não deve, em caso algum, pedir autorização. O que ele escrevia era uma obra de arte que, no fundo, tinha conotações políticas tremendas, mostrava a desagregação social de Portugal. Por mim, também não admitia pedir autorização ao governo para qualquer coisa que escrevesse. Portanto, nunca tentei escrever nada que necessitasse de autorização para publicar.

**AV** — Mas escreveu muitos relatórios no ministério e nos postos em que esteve. Aliás, refere no seu livro *A Diplomacia Pura* que «um outro problema delicado em matéria de informação consiste na tentação em que caem alguns diplomatas em relatar apenas aquilo que julgam agradar aos seus respectivos governos»<sup>1</sup>.

**JCM** — Aí, às vezes, tínhamos uma certa liberdade, utilizando conceitos que não eram muito ortodoxos do ponto de vista político. Por exemplo, quando estava já na delegação junto da NATO, Salazar fez uma circular para todos os chefes de missão diplomática afirmando que o governo português não favorecia quaisquer ideias de associação europeia. Dizia nesse despacho que não só não era favorável à união europeia, como também não acreditava na realização da Comunidade Económica Europeia.

<sup>1</sup> José Calvet de Magalhães, *A Diplomacia Pura*, Lisboa: Bertrand, 1995, p.151.

**AV** — É a célebre *boutade* de Salazar de que era impossível ser bem-sucedido um projecto de associação entre 3 repúblicas e 3 monarquias<sup>1</sup>.

**JCM** — Não acreditava nessa possibilidade e dizia que a Inglaterra nunca iria aceitar e a Espanha muito menos. Depois lançou uma ideia diferente. Dizia ele que era mais realista defender uma associação hispano-americana. Portugal, a Espanha e a América Latina constituiriam um bloco político-económico.

**AV** — O bloco ibero-americano, como hoje se chama, mas que na actualidade se desenvolveu de forma complementar da integração europeia...

**JCM** — Nessa altura o ministro dos Estrangeiros era Paulo Cunha, que começou a desenvolver as relações com o Brasil. Foi ele que veio a dar consistência ao tratado da comunidade luso-brasileira.

Eu fiz um relatório com um capítulo a atacar frontalmente a ideia desse bloco ibero-americano, porque não via nele uma base monetária, económica, etc., que pudesse sustentá-lo. E combati-a. Quando Paulo Cunha foi ao Brasil fiquei um bocado assustado, não fôssemos nós entrar nesse caminho, e mandei-lhe uma cópia do relatório com uma carta particular. No relatório, que existe no arquivo histórico-diplomático<sup>2</sup>, demonstrava que isso não tinha fundamento de espécie nenhuma. A minha ideia era, evidentemente, enveredar por uma maior ligação à Europa.

Mas isto é só para dizer que, às vezes, havia oportunidade para exprimir ideias próprias. A minha posição pessoal facilitou isso. Paulo Cunha era um homem extremamente aberto e fora meu professor durante cinco anos. Não era um homem com

<sup>1</sup> Circular aos chefes de missão diplomática de 4 de Março de 1953.

<sup>2</sup> Relatório anual de 1955 sobre Portugal e a integração europeia.



posição política — era aquilo que hoje podemos chamar um tecnocrata. Foi chamado por ser professor de Direito, porque o governo enveredou por uma estratégia de defesa da nossa posição no plano jurídico.

**AV** — A defesa da posição colonial de Salazar?

**JCM** — Chamaram Paulo Cunha que, brilhantemente, e com o apoio de outros juristas, conseguiu fundamentar a posição portuguesa no plano jurídico. A questão era política e o Paulo Cunha foi brilhante na defesa jurídica. Eu nunca consegui depreender qual era exactamente a sua posição política, porque ele nunca se manifestou.

## II

# As duas correntes: Europeísmo *versus* Nacionalismo